



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

217

4ª Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6

Agravante: Banco BMG S/A

Agravada: Luzia Pereira de Souza e Silva

Des. Relator: Tenório dos Santos

**EMENTA: DIREITO CIVIL, DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL. RECURSO DE AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM SEDE DE APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER E REPETIÇÃO DO INDÉBITO. FRAUDE. CONTRATAÇÃO FRAUDULENTA DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. QUANTUM INDENIZATORIO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. CONDENAÇÃO POR LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ. MANUTENÇÃO. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.** 1. *In casu*, constata-se que a ré não produziu nenhuma prova no sentido de atestar que a autora fora a efetiva responsável pela contratação do empréstimo que originou os descontos em seu benefício previdenciário. 2. Desse modo, conclui-se pela latente ilicitude dos respectivos débitos promovidos na aposentadoria da agravada. 3. O *quantum* indenizatório dos danos morais está em plena consonância com as peculiaridades do caso concreto. 4. Deve ser mantida a multa por litigância de má fé, em virtude de o banco réu ter tentado alterar a verdade dos fatos. 5. Recurso de Agravo a que se nega provimento por unanimidade de votos.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 4ª Câmara Cível deste Tribunal, por unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, na conformidade do relatório, do voto, notas taquigráficas e demais peças processuais que integram este julgado.

Recife, 26/9/13.

Tenório dos Santos

Des. Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

219  
R

4ª Câmara Cível

Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6

Agravante: Banco BMG S/A

Agravada: Luzia Pereira de Souza e Silva

Des. Relator: Tenório dos Santos

RELATÓRIO E VOTO

Cuida-se de recurso de agravo manejado contra decisão monocrática da lavra desta Relatoria que, com fulcro no *caput* do art. 557 do CPC, negou seguimento ao recurso de apelação nº 0282706-3, em virtude de sua manifesta improcedência.

O banco agravante, em suas razões recursais (fls. 199/209), busca a alteração do *decisum* aduzindo que os fatos descritos nos autos não ensejaram a ocorrência de danos morais indenizáveis.

Do mesmo modo, destaca que o *quantum* indenizatório dos danos extrapatrimoniais teria sido fixado de forma exorbitante.

Adiante, defende que não pode ser considerado litigante de má fé, já que não teria agido com o objetivo de induzir o juízo em erro.

Por fim, requer que seja dado provimento ao presente agravo para que a decisão monocrática hostilizada seja reformada e os pedidos vestibulares sejam julgados improcedentes.

É o relatório, no essencial.

Bem a propósito, a decisão agravada tem o seguinte teor:

***"Cuida-se de recurso de apelação interposto em face da sentença proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Pesqueira que, nos autos da ação declaratória de inexistência de débito c/c repetição de indébito e indenização por***



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6

danos morais e materiais nº 0001025-85.2011.8.17.1110, julgou parcialmente procedentes os pedidos inaugurais para desconstituir os débitos descritos nos autos; determinar a devolução simples dos valores indevidamente descontados; condenar a ré a pagar a autora indenização a título de danos morais no importe de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Em suas razões recursais (fls. 145/154) a instituição financeira apelante requer, em síntese, a reforma da sentença defendendo que a autora fora a efetiva responsável pela contratação e, utilização, do cartão de crédito que originou as dívidas em discussão. Nesse particular, articula que não consta dos autos nenhuma prova apta a confirmar a ocorrência de danos morais indenizáveis. Por fim, pugna para que, em caso de manutenção da indenização fixada a título de danos extrapatrimoniais, o quantum indenizatório seja reduzido. O recurso foi recebido em ambos os efeitos, conforme se infere do despacho de fls. 159. Contrarrazões apresentadas pela autora às fls. 167/168.v defendendo a manutenção integral da sentença hostilizada. A parte autora recorreu adesivamente às fls. 162/163, pugnando pela majoração da verba fixada a título de danos morais. Do mesmo modo, requer que a repetição do indébito seja feita em dobro. O banco recorrente apresentou contrarrazões ao referido recurso adesivo (fls. 171/179), defendendo o seu improvimento. Despacho de fls. 180, determinando a remessa dos autos ao tribunal. É o relatório, no essencial. Preconiza o art. 557 do CPC: "O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com Súmula ou com Jurisprudência dominante do respectivo Tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior". Interpretando-se a norma cogente invocada, o Relator pode negar seguimento a recurso, quando este se mostre manifesta e flagrantemente improcedente. In casu, na atual dinâmica forense, que exige uma maior celeridade processual, não vislumbro como retardar a solução definitiva da lide. Cinge-se a controvérsia em se averiguar a pretensa ocorrência de danos morais indenizáveis, em razão de o banco réu ter supostamente promovido descontos indevidos no benefício previdenciário da autora. Da mesma forma, ~~de rigor verificar de qual~~



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6

forma (simples ou em dobro) deve ser realizada a restituição dos indébitos. Do Dano Moral A autora lastreia seu pleito sob o argumento de que a instituição financeira ré promoveu descontos indevidos em sua aposentadoria, motivados por débitos oriundos de transações financeiras realizadas em um cartão de crédito que fora inadvertidamente emitido sob seu nome e que, inclusive, nunca fora desbloqueado. Por seu turno, o banco recorrente defende a regularidade e licitude dos referidos débitos, em razão de estes terem sido devidamente contraídos pela recorrida. Do cotejo dos autos, verifico que a autora reconhece a existência e regularidade de 03 (três) contratos de empréstimo firmados com o banco réu. Segundo destaca a recorrida, tais contratos abarcam parcelas mensais de, respectivamente, R\$ 15,35 (quinze reais e trinta e cinco centavos), R\$ 34,86 (trinta e quatro reais e oitenta e seis centavos) e R\$ 51,43 (cinquenta e um reais e quarenta e três centavos). Ocorre que, inobstante o reconhecimento dos supracitados débitos, a autora alega que a ré está perfazendo descontos indevidos em sua aposentadoria. Nesse contexto, expõe que consta de seu contracheque débitos mensais em valores diversos daqueles regularmente contraídos, no importe de R\$ 41,50 (quarenta e um reais e cinquenta centavos). Na espécie, insta mencionar que o banco apelante não logrou em produzir provas que tivessem o condão de comprovar que a autora efetivamente contraíra os débitos em tela. Em verdade, bastaria que a instituição financeira ré apresentasse os instrumentos contratuais com a efetiva aposição da assinatura da autora, para confirmar a realização das referidas operações creditícias. Contudo, a ré preferiu produzir provas com o deliberado intuito de alterar a verdade dos fatos aqui analisados. Nessa seara, cumpre expor que a ré se furtou de juntar documentos aptos a comprovar a sua tese defensiva, preferindo colacionar, tanto em sua contestação (fls. 105/109) quanto em seu apelo (fls. 150), justamente a cópia de um dos contratos que a autora reputa como verdadeiro. In casu, a autora destaca claramente que o contrato que lastreia a lide é aquele de número 2403319 que, por seu turno, engloba parcelas mensais no valor de R\$ 41,50 (quarenta e um reais e cinquenta centavos). Já o contrato colacionado pela ré é o de número



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6

181402142, abarcando dispêndios mensais no importe de R\$ 51,43 (cinquenta e um reais e quarenta e três centavos), cuja existência e regularidade foi devidamente atestada pela própria autora quando do oferecimento de sua peça de ingresso (fls. 03). É flagrante que, com tal expediente, a ré quer, em verdade, induzir o juízo ao erro de que os débitos impugnados pela autora decorreram de transações por ela concretizadas. Destarte, entendo que a ré ardilosamente juntou a cópia de um contrato que continha a real assinatura da autora, para induzir o juízo a acreditar que aquele era o contrato que originou as dívidas em discussão. Dessa forma, devidamente caracterizado o intuito da ré no sentido de alterar a verdade dos fatos, reputo o banco réu como litigante de má fé e, nos termos do inciso II do art. 17 c/c art. 18 do CDC, aplico-lhe, de ofício, a multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa. Outrossim, cumpre asseverar que restou devidamente comprovado que a instituição financeira recorrente concretizou descontos indevidos no benefício previdenciário da autora, lastreada em empréstimos não contraídos. Inclusive, o entendimento pacífico de nossos Tribunais vem no sentido de que a realização de descontos indevidos em benefício previdenciário, provenientes de empréstimo não contratado, tem o condão de causar danos de natureza moral. Nesse sentido: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. CONSUMIDOR. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO. FRAUDE. DANO MORAL E MATERIAL. IMPROVIDO. - Consignação em pagamento em benefício previdenciário com origem em contrato fraudulento; - Caracterização de dano moral e material em face à negligência da apelante em não analisar o contrato de empréstimo consignado que resultou em desconto indevido do benefício da apelada; - À unanimidade, negou-se provimento ao recurso de apelação para confirmar a condenação a título de danos morais. Por maioria de votos, negou-se provimento ao apelo, sendo que o Des. Agenor Ferreira Filho afastava a devolução em dobro da quantia indevidamente cobrada. (TJPE, 400420088171440 PE 0000040-04.2008.8.17.1440, Relator: Itabira de Brito Filho, Data de Julgamento: 06/04/2011, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 94/2011) (grifel). APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. JULGAMENTO CONFORME ART. 557, DO CPC.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6

CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO MEDIANTE FRAUDE. INDEVIDO DESCONTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MANTIDO. Aquele que tem descontado indevidamente de seu benefício previdenciário valores referentes a empréstimo consignado que não contratou, sendo objeto de fraude, sofre danos morais in re ipsa. Valor da condenação que deve observar os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, além da natureza jurídica da indenização. Quantum indenizatório mantido. (TJRS, 70048403331 RS, Relator: Tasso Caubi Soares Delabary, Data de Julgamento: 27/04/2012, Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/05/2012) (grifei). APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. DESCONTO INDEVIDO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. FRAUDE DA CONTRATAÇÃO. EMPRESTIMO NÃO CONTRATADO. DANO MORAL IN RE IPSA. 1. Cabível a condenação do banco ao pagamento de indenização por danos morais ao autor, que são in re ipsa, prescindindo de prova da sua efetiva ocorrência, porque o fato em análise, por si só, evidencia que o demandante sofreu abalo à esfera extrapatrimonial no período em que ficou privado de utilizar parte do seu benefício previdenciário, que fora descontado indevidamente em virtude de empréstimo que não contratou. (...) (TJRS, 70033210493 RS, Relator: Mário Crespo Brum, Data de Julgamento: 22/03/2012, Décima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 28/03/2012) (grifei e omiti). No que concerne a discussão sobre o valor a ser arbitrado a título de danos morais, não há objetivamente um critério para a sua quantificação, o que dá ao magistrado certa liberdade na fixação da indenização. Todavia, essa liberalidade não se confunde com arbitrariedade, devendo o julgador estipular um valor que amenize o sofrimento experimentado pela vítima, porém sem proporciona-lhe um enriquecimento indevido. No contexto dos autos, entendo que a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) atende à proporcionalidade e à razoabilidade, e cumpre a sua dupla finalidade, isto é, a de punir o ofensor pelo ato ilícito cometido e a de reparar a vítima pelo sofrimento suportado. Desse modo, não carece de retoques, nesse aspecto, o decisum ~~guerreado~~. ~~Da Repetição de~~



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6

Indébito Por derradeiro, passo a analisar a questão referente à forma (simples ou em dobro) em que deve ser efetivada a repetição do indébito. É notório que, regularmente comprovada a irregularidade dos descontos promovidos na aposentadoria da autora, deve o banco recorrente realizar a devolução dos valores indevidamente debitados. Entretanto, cumpre expor que a restituição de tais verbas não deve ser realizada em dobro, como requereu a autora em sede de recurso adesivo, mas sim, de maneira simples. Explico. Para que a repetição do indébito seja realizada em dobro, conforme preceitua o parágrafo único do art. 42 do CDC, faz-se necessária a concorrência de determinados requisitos, quais sejam, (i) a cobrança indevida, (ii) o efetivo adimplemento da respectiva dívida, assim como (iii) a demonstração de que o credor agiu com dolo ou má-fé. Nessa esteira, colaciono os seguintes arestos do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DEVOLUÇÃO EM DOBRO. ART. 42, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.078/1990. MÁ-FÉ. SÚMULA N. 7/STJ. 1. A jurisprudência deste Tribunal preconiza que a devolução em dobro prevista no parágrafo único do art. 42 do CDC exige, além da ocorrência de pagamento indevido, a comprovada má-fé do credor, situação não verificada na espécie. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 103.283/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 21/03/2013, DJe 01/04/2013) (grifei). AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA MÁ-FÉ. PRECEDENTES. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Nos termos da consolidada jurisprudência desta Corte, a devolução em dobro do valor indevidamente recebido depende da constatação da má-fé, dolo ou malícia por parte do credor. (...) 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1190608 / PB, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, T4 - QUARTA TURMA, DJ 18/10/2011, DJe 26/10/2011) (grifei e omiti). AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. VALORES COBRADOS A MAIOR. REPETIÇÃO EM DOBRO. ~~PROVA DA MÁ-FÉ.~~





ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6

*NECESSIDADE. PRECEDENTES. 1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, pressupõe, além da ocorrência de pagamento indevido, a má-fé do credor. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 848916 / PR, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, T3 - TERCEIRA TURMA, DJ 06/10/2011, DJe 14/10/2011) (grifei). No caso em pauta, não consta dos autos nenhuma prova tendente a comprovar que o banco recorrente adotou conduta eivada de má fé. Desse modo, forçoso concluir que a repetição do indébito deve ser realizada em sua forma simples, como bem destacou o juízo singular. Face o exposto, com fulcro nos artigos 557 do Código de Processo Civil c/c o art. 74 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, NEGO PROVIMENTO ao recurso de apelação manejado pelo Banco BMG S/A e ao recurso adesivo interposto por Luzia Pereira de Souza e Silva, para manter integralmente a sentença hostilizada. De ofício reconheço o apelante BMG S/A como litigantes de má fé, condenando-o ao pagamento da multa equivalente a 1% (um por cento) sobre o valor da causa. Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à Vara de origem. Recife, 17/6/13 Tenório dos Santos Des. Relator".*

O Art. 557, §1º do CPC preceitua que a parte inconformada com a decisão do relator, pode provocar a análise do colegiado competente para conhecer do recurso mediante a interposição de agravo.

Segundo Marinoni, o recurso de agravo "apenas desobstrui a via normal do recurso originariamente interposto, permitindo o desembargo adequado da irresignação." (MARINONI, 2008, p. 583). Destarte, conclui-se que a finalidade da aludida espécie recursal é a de permitir a análise, pelo colegiado, do recurso julgado monocraticamente.

A inicial deste agravo é clara em requerer a reforma da decisão agravada, sob os argumentos de que a autora não comprovou que sofrera abalos



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6

de cunho moral, bem como que a aludida verba indenizatória teria sido fixada em desacordo com a proporcionalidade e a razoabilidade.

Com efeito, insta destacar que não obstante as alegações sustentadas pela instituição financeira agravante, verifica-se que o presente recurso não acrescenta fundamentos que tenham o condão de modificar o entendimento explicitado na decisão terminativa proferida por esta Relatoria.

Nesse esteio, cumpre esclarecer que a ré não produziu nenhuma prova no sentido de atestar que a autora fora a efetiva responsável pela contratação do empréstimo que originou os descontos em seu benefício previdenciário.

Ora, não é lícito que o banco recorrente concretize descontos nos proventos da autora, fundamentado em dívida cuja própria existência e regularidade não fora devidamente comprovada.

Dessa forma, vislumbra-se que a conduta perpetrada pela ré ensejou a ocorrência de danos extrapatrimoniais indenizáveis.

Com relação ao *quantum* indenizatório, entendo que o valor arbitrado pelo juízo a quo encontra-se em plena consonância com as peculiaridades do caso concreto.

Inclusive, o próprio STJ, em caso semelhante, entendeu que o importe indenizatório de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) estaria em acordo com o dano sofrido pela vítima.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. ATO OMISSIVO DA ADMINISTRAÇÃO. INSS. CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. CABIMENTO. QUANTUM DEBEATUR. REDUÇÃO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. **Hipótese em que o Tribunal a quo, soberano no**



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Tenório dos Santos

Recurso de Agravo na Apelação nº 0300036-6

exame da prova, julgou que são ilegais os descontos nos proventos de aposentadoria da autora, porquanto inexistente o acordo de empréstimo consignado, e que a autarquia previdenciária agiu com desídia ao averbar contrato falso. 2. A jurisprudência do STJ é pacífica no sentido de que, caracterizada a responsabilidade subjetiva do Estado, mediante a conjugação concomitante de três elementos - dano, negligência administrativa e nexo de causalidade entre o evento danoso e o comportamento ilícito do Poder Público -, é inafastável o direito do autor à indenização ou reparação civil dos prejuízos suportados. 3. O valor dos danos morais, fixado em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), não se mostra exorbitante ou irrisório. Portanto, modificar o quantum debeatur implicaria, in casu, reexame da matéria fático-probatória, obstado pela Súmula 7/STJ. 4. Recurso Especial não provido. (Resp 1228224/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/05/2011, DJe 10/05/2011) (grifei).

Por fim, no tocante a multa por litigância de má fé, vislumbro que a agravante não logrou em demonstrar o alegado desacerto de tal condenação, fato que, por si só, justifica a manutenção de tal penalidade.

Diante do exposto, não observo, no presente recurso, qualquer argumentação que venha ensejar modificação no posicionamento adotado na decisão agravada, posto que, como visto, encontra-se em sintonia com o entendimento dos Tribunais.

Isso posto, o meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, mantendo incólume a decisão terminativa ora hostilizada.

Recife, 26/9/13.

Tenório dos Santos

Des. Relator